

Rio de Janeiro, 02 de março de 2021.

Greguy Soares Duarte

Código de Manifestação: 215.015.315.297

Prezado Senhor,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído o Documento TCE-RJ nº 002.446-0/2021 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

“Prezados, tendo em vista que o aumento das fraudes “licitatórias” se dá em face aos decretos/licitações/ordens de serviços de cunho emergencial se fez necessário uma análise de grande valia acerca do CONTRATO EMERGENCIAL DE GESTÃO, PARA MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DO “CORONAVÍRUS”. Destarte, solicita-se uma maior transparência acerca dos contratos firmados entre Prefeitura Municipal de Angra dos Reis e Instituto de Desenvolvimento Institucional e Ação Social - IDEIAS. Como exposto no relatório indexado. Em tempo, já foi vista por este órgão a questão contratual entre as partes supracitadas, (como observa-se nas manifestações anteriores 213.358-0/2020 e 212.963-4/20) porém ainda existe um grande “nihilismo” de informações como as solicitadas ao final do relatório anexado. Como por exemplo:

- Listagem de todos os profissionais contratados pela empresa supracitada ativos e inativos durante todo o período contratual;
- Organograma organizacional da empresa e das contratações;

- Pagamentos efetuados aos administradores/gestores e demais membros do Instituto.
- Folhas de ponto de TODOS os contratados durante TODA vigência contratual e aditivos;
- Se os bens materiais foram adquiridos por meio de locação ou compra;
- Notas fiscais de insumos e bens de ambos os contratos, bem como, os dados das empresas selecionadas e forma de seleção;
- Cópia de todos os relatórios confeccionados pelo instituto durante todo o processo de prestação de serviços;
- Relatório dos gastos mensais”

Em resposta, o Setor Especializado informou que o número correto do Processo mencionado pelo requerente é TCE-RJ nº **231.358-0/20**, e não **213.358-0/20**. Em pesquisa ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP, foi identificado que os processos citados TCE-RJ nºs 231.358-0/20 e 212.963-4/20 tratam:

- TCE-RJ nº 231.358-0/20 – Denúncia (**SIGILOSA**), referente ao Município de Angra dos Reis, acerca de possíveis irregularidades na compra de insumos para combate da pandemia do Covid-19 (Coronavírus), sem licitação, que se encontra em tramitação nesta Corte de Contas;
- TCE-RJ nº 212.963-4/20 – Representação, com pedido de tutela provisória, formulada pela Secretaria Geral de Controle Externo - SGE, em face Município de Angra dos Reis, na pessoa de seu atual Prefeito, Sr. Fernando Antônio Ceciliano Jordão, em virtude de fundado receio de grave lesão ao erário decorrente da inobservância do artigo 4º, §2º, da Lei 13.979/2020, bem como à decisão monocrática proferida por esta Corte nos autos do Processo TCE-RJ nº 208.295-5/20.

O Setor Especializado destacou ainda que:

- a) Esta Corte de Contas visando acompanhar os gastos realizados pelos municípios do Estado do Rio de Janeiro está realizando Auditorias de Levantamento para subsidiar ações de controle sobre as despesas voltadas ao enfrentamento da pandemia do COVID-19, estando atualmente em fase de execução a auditoria formalizada através do Processo TCE-RJ 208.839-7/20 que contempla o Município de Angra dos Reis;
- b) Está disponível para consulta, no site deste Tribunal (www.tce.rj.gov.br), um Painel com todos os processos de fiscalização propostos nesta Corte relacionados às contratações realizadas pelos jurisdicionados estaduais e municipais em razão da pandemia COVID-19;
- c) É possível efetuar consulta no Portal de dados TCE/RJ, por município, dos dados de dispensas de licitação (compras diretas) realizadas pelos órgãos jurisdicionados deste Tribunal, na medida em que os órgãos alimentarem as informações em cumprimento da Deliberação TCE/RJ nº 313/2020, que estabelece a obrigação de comunicá-las no prazo de 2 (dois) dias úteis após a assinatura (autorização) destes atos;
- d) Foi editada a Nota Técnica nº 1 de 27/03/20, que visa orientar aos jurisdicionados do TCE-RJ acerca da realização de procedimentos de contratação, direta ou mediante licitação, para aquisição de bens, serviços, inclusive de engenharia e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), conforme previsto no art. 4º da Lei nº 13.979/2020, com as alterações instituídas pela MP nº 926/2020;



- e) A referida Nota Técnica nº 1 foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e disponibilizada na íntegra através da funcionalidade “Controle Social/Legislação TCE/RJ/Notas Técnicas/Nota Técnica nº 1 no site do TCE-RJ (www.tce.rj.gov.br);
- f) Esta Corte considera, quando do planejamento de auditorias/inspeções, os critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade relacionados aos atos administrativos, que dessa forma podem ou não ser objeto da amostra selecionada pelo Controle Externo;
- g) As tramitações, pareceres, decisões e imagens digitais dos processos TCE/RJ são disponibilizados para consultas e cópias, após as decisões plenárias de mérito, no endereço eletrônico deste Tribunal, a saber: www.tce.rj.gov.br

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

ouvidoria@tce.rj.gov.br

